

## APRESENTAÇÃO

### SOCIOLOGIA DAS ORTODOXIAS E HETERODOXIAS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Rodrigo Cantu<sup>1</sup>

Bruno Barreiros<sup>2</sup>

Entre as disputas em curso pela alma da sociedade brasileira, uma das mais relevantes é travada em torno do papel do mercado na organização econômica e social do país. Quais esferas devem ser sujeitas a suas regras e quais devem ser protegidas? Em que setores o mercado deve ser deixado sozinho e em quais ele deve ser conduzido e coordenado para promover o desenvolvimento? Os princípios do mercado devem imperar sozinhos ou devem ser acompanhados de preocupações sociais e ambientais? As diferentes respostas a essas questões estão ainda associadas a rixas sobre qual a institucionalidade mais “eficiente”, a abordagem teórica mais “científica”, a receita apropriada para a política econômica. Em outra alçada, emergem ainda as indagações sobre as “boas práticas de gestão”, a “boa empresa”, os “líderes empresariais do momento”. Nessa ecologia, que conecta os mundos da economia, do *management*, do jornalismo, da academia e das redes sociais, tais tensões movem aspectos relevantes do capitalismo contemporâneo no Brasil.

Uma crença que se fortalece em um dos mundos repercute nas tendências do outro. Desse modo, tratam-se de embates sobre quem tem legitimidade para enunciar, prescrever os critérios, as regras da política econômica ou da gestão empresarial, para estabelecer as crenças nucleares

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. Graduado em Ciências Econômicas pela UFPR, mestre em Sociologia pelo IUPERJ e doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. E-mail: [rodrigo.cantu@ufpel.edu.br](mailto:rodrigo.cantu@ufpel.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto no Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: [barreirosbc@gmail.com](mailto:barreirosbc@gmail.com)

da *doxa* econômica, cujas repercussões, sobretudo no caso do espaço nacional brasileiro, transbordam as discussões sobre economia, setor público, empresa e negócios e alcançam arenas políticas, culturais, religiosas e educacionais. Essas tensões sociais opõem uma miríade de grupos adversários, mas que são passíveis de serem organizados em dois grandes polos dos espaços intelectuais, econômicos e empresariais: de um lado, os ortodoxos, unidos na adesão, mesmo que tácita, da defesa do livre-mercado e do capitalismo tradicional como modelos para a transformação da sociedade; de outro, os heterodoxos, os desafiantes de tais modelos dominantes.

Com origem em um debate cumulativo na sociologia econômica brasileira, essa agenda de pesquisa não é nova. Uma inspiração (às vezes implícita) nos trabalhos deste dossiê pode ser encontrada na adaptação que Roberto Grün fez da noção de guerra cultural, para traçar os contornos de uma série de mudanças na economia e na sociedade brasileira a partir da década de 1990. Com este dossiê, buscamos especificar alguns termos atuais dessa contenda, remetendo a um léxico – ortodoxia e heterodoxia – que, empregado de forma nativa nas disputas entre economistas, também serve de base para esforços analíticos sobre clivagens sociais acerca do papel controverso do mercado e da mercantilização em diferentes arenas. Nossa principal motivação veio dos comentários realizados por Marina Sartore como debatedora da seção *Economia, moralidades, valores* do GT40 - Sociedade e Vida Econômica, no 44º Encontro Anual da Anpocs em 2020. Versões preliminares de alguns dos artigos do presente número foram apresentadas e discutidas nessa ocasião. Sartore interpelou os trabalhos considerando suas contribuições para uma sociologia das ortodoxias e heterodoxias em distintos terrenos socioeconômicos. Suas observações foram certas, inspiradoras e brilhantes. Tal explicitação de um eixo comum entre os textos não apenas serviu de estímulo, mas também nos convenceu da pertinência desse recorte para pesquisa. Finalmente, cabe sinalizar que este dossiê é uma atividade do Comitê de Pesquisa de Sociologia Econômica da Sociedade Brasileira de Sociologia (CP10), uma importante instância de coordenação e incentivo do debate, criada em 2020 a partir do esforço da rede de pesquisadores na área.

Neste dossiê, diferentes perspectivas são lançadas sobre atores, instituições e ideias ortodoxas e heterodoxas em diferentes espaços: acadêmico, político, empresarial, jornalístico e nas redes sociais. Explorando dimensões analíticas diversas – estrutural, institucional, moral, cognitiva, simbólica, disposicional, etc. – os artigos contribuem com reflexões originais sobre as disputas acerca da lógica dominante na economia brasileira. Das premissas normativas mais basilares que permeiam o debate dos economistas sobre o desenvolvimento até as tomadas de posição dos principais agentes envolvidos com a política econômica dos governos Lula e Dilma; da produção discursiva de *top managers* heterodoxos que se afirmam como adeptos da sustentabilidade, passando pelas vozes mais autorizadas a opinar sobre políticas de proteção social no principal jornal do país, até as redes sociais e a controvérsia em torno do Imposto sobre Grandes Fortunas. O leitor encontra nesta edição uma amplitude considerável de terrenos de pesquisa, variados campos de batalhas simbólicas, mapeados competentemente pelos autores e autoras deste dossiê.

Em *Os valores da intransigência: premissas normativas e controvérsias econômicas no Brasil*, Rodrigo Cantu apresenta uma análise original sobre as disputas entre ortodoxos e heterodoxos da comunidade de economistas do nosso país. Mergulhando nas diferentes posições teóricas sobre o tema do desenvolvimento, Cantu nos mostra o valor das premissas normativas para entender as disputas entre os economistas: de um lado, os ortodoxos e o endosso a uma filosofia política mercantil; de outro, os heterodoxos, os quais se ancoram em premissas industriais e cívicas. O autor desenvolve sua argumentação com base numa pluralidade de materiais, fontes e técnicas de geração de dados, resultantes de suas pesquisas anteriores, o que confere a esta produção uma grande robustez, por condensar anos de investigação sociológica do pesquisador sobre o tema. Dentre as várias contribuições que os leitores da revista NORUS encontram neste artigo, convém destacar aqui cinco que podem ser tidas como indispensáveis e que refletem em certa medida as seções do texto: uma maneira original de organizar o espaço da literatura da sociologia da ciência econômica; os principais termos da divisão entre ortodoxia e heterodoxia no campo dos economistas brasileiros; novos

argumentos para enquadrar a teoria econômica como teoria social, destacando a sua dimensão propriamente moral; uma comparação analítica dos dois polos da controvérsia sobre o desenvolvimento, incluindo exemplos retirados da literatura especializada; uma preocupação em abrir uma agenda de pesquisa mais ampla, oferecendo, pelo menos, três novos desdobramentos possíveis. A leitura do texto de Cantu tem os requisitos necessários para se tornar incontornável a todos aqueles interessados em sociologia dos economistas e da ciência econômica.

No artigo *Entre a ortodoxia e a heterodoxia: disputa simbólica nos governos petistas (Lula e Dilma) para a imposição da doxa econômica*, Maria Jardim e Paulo Moura investigam as tomadas de posição dos principais agentes envolvidos com a política econômica dos governos do PT. A pesquisa que embasa o texto possui três pilares centrais: a identificação dos principais agentes do período ligados à área econômica, ancorada em uma revisão bibliográfica; uma análise dos discursos dos agentes mais decisivos nos rumos da política econômica, levantados junto a importantes canais de mídia; o estudo das biografias de tais agentes a partir dos arquivos do CPDOC da FGV. Jardim e Moura oferecem uma boa síntese dos governos petistas estudados, a qual abre terreno para o entendimento dos ministérios como espaços de disputas, identificando a presença de dois grupos que tensionam pela imposição da *doxa* econômica nos ministérios estudados: de um lado estaria o polo monetarista, simbolizado por Meirelles, Palocci, Trombini e Levy, que defendiam o corte dos gastos públicos como “compromisso de ouro”; de outro, o polo desenvolvimentista, representado por Mantega, Dilma e Barbosa, os quais reivindicavam a necessidade de investimento público, recorrendo a máximas tais como “gasto é vida!”. Os autores sustentam a tese de que tal hibridismo na orientação econômica dos governos petistas se explica por uma alternância de forças na disputa pela imposição da *doxa* econômica, tal como a de um pêndulo, que ora pendeu para a política de ajuste fiscal e ora para a política expansionista.

Circulando por três temáticas diferentes do debate acadêmico - políticas sociais e o avançar do neoliberalismo, mídia e economia, sociologia e o estudo dos economistas - Diego Fraga contribui com respostas a uma

questão muito presente nas ciências sociais: quem tem voz na produção midiática sobre as políticas de proteção social? Fraga nos apresenta, em *Mídia, experts e neoliberalismo: economistas e outras vozes no Jornal Folha de São Paulo*, uma argumentação muito bem costurada com dados empíricos, construídos a partir do levantamento de 346 matérias e artigos, acessados através de arquivos da Folha de S. Paulo. O artigo revela que o jornal de maior circulação do país se constitui como um espaço de vocalização consideravelmente seletivo, uma tribuna dos *experts*, cujas vozes mais salientes são aquelas dos favoráveis às Reformas Trabalhista e Previdenciária. Por meio de uma análise de conteúdo minuciosa, Fraga descortina enunciações advindas sobretudo de economistas, além de outras provenientes de intelectuais, empresários, associações empresariais, jornalistas, colunistas, juristas, sindicatos, movimentos sociais e ONGs. O leitor encontra neste artigo uma discussão sociológica pertinente e atual sobre imprensa e neoliberalismo, com destaque para o papel dos economistas como especialistas autorizados a opinar sobre políticas de proteção social.

As divisões na sociedade brasileira com relação às concepções sobre a tributação são objeto do artigo *Revolta Fiscal? As dimensões morais sobre a taxação de Grandes Fortunas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil*. A crise da pandemia de Covid-19 elevou despesas, reduziu receitas e, como consequência, acentuou o déficit nas contas públicas federais, suscitando a discussão sobre possíveis soluções para atenuar o problema fiscal. As autoras, Elaine Leite e Karina Assis, exploram o debate nas redes sociais sobre o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), aventado em 2020 como medida para reforçar a arrecadação. Abarcando, ao mesmo tempo, o tema da enorme desigualdade de patrimônio e da legitimidade da tributação, a discussão sobre a implementação de um novo imposto oferece um terreno profícuo para a investigação sociológica. Utilizando material do Twitter, Leite e Assis descrevem como as manifestações contrárias ao IGF se baseavam em uma visão negativa sobre as capacidades do estado, enquanto as manifestações favoráveis se ancoravam em críticas à desigualdade. As autoras elaboram um quadro analítico dos princípios morais subjacentes a essas diferentes posições, contribuindo para um melhor entendimento das clivagens na

sociedade brasileira com relação a valores que orientam a arena econômica. Inserindo-se no emergente campo da sociologia fiscal, esse caso aponta ainda uma forte adesão dos não ricos à agenda fiscal da plutocracia: mesmo não sendo sujeitas ao IGF, classes médias e baixas também se engajaram na contestação contra o aumento da tributação. Esse alinhamento constitui um fenômeno qualificado pelas autoras como uma “acomodação moral” entre diferentes estratos da sociedade, alimentando a revolta fiscal contra novos tributos.

No artigo *A apropriação da sustentabilidade no espaço empresarial brasileiro: disputas, heterodoxias e sentidos*, Bruno Barreiros investiga uma emergente dimensão da atuação empresarial no Brasil: a conversão da atenção corporativa (quando menos em sua retórica) ao compromisso com questões sociais e ambientais. Condensada na noção de sustentabilidade empresarial, essa sensibilidade extraeconômica representa uma renovação da busca das empresas por legitimidade, ante a crítica suscitada pelos efeitos perversos de suas operações. Como uma primeira contribuição, Barreiros documenta o percurso internacional da sustentabilidade empresarial e sua apropriação no campo econômico brasileiro. O artigo traz ainda uma análise do quadro de empresas e executivos engajados, assim como um exame de seu discurso sobre a sustentabilidade. Embora suas propriedades sociais não destoem daquelas do executivo padrão, os gestores envolvidos com a sustentabilidade se esforçam para se distinguir dos modelos empresariais tradicionais, do *business as usual*, lançando mão de modalidades discursivas variadas (pragmática, existencial e crítica) sobre o propagado compromisso socioambiental. Os sentidos da sustentabilidade empresarial e seus enraizamentos organizacionais vem ganhando cada vez mais espaço no campo econômico brasileiro, conforme um número crescente de firmas adota iniciativas que declaram ultrapassar a mera busca pelo lucro. Com o artigo de Barreiros, aprendemos que esse cenário resulta de um longo trabalho de uma vanguarda da sustentabilidade, a qual configura um vívido polo heterodoxo do mundo empresarial brasileiro.

Considerando essa variedade temática, propomos um breve balanço das contribuições do dossiê à luz do debate recente na sociologia econômica

sobre capitalismo brasileiro. Para esse exercício, interpelamos a análise de Niederle, Santos e Monteiro (2021) que, em um dos mais importantes artigos recentes da área, sugere a emergência de um capitalismo de feições predatórias no Brasil. Os artigos deste dossiê dialogam com esse diagnóstico ao apontar diferentes dimensões da constituição do modelo predatório em ascensão. Com a contribuição de Cantu, é possível entender que a concepção pró-mercado, subjacente ao papel custódio do estado da ação estatal, tem na ciência econômica ortodoxa um de seus principais propagadores ideológicos. As transformações institucionais liberais têm ainda um lastro social substantivo, como mostra o estudo de Leite e Assis. Essa base social pode ser associada à disseminação leiga de saberes econômicos eruditos, cujos fundamentos normativos são orientados a uma ordem social concorrencial. A relevância dos enquadramentos ideológicos – que alimentam as visões de mundo e condicionam as estratégias dos atores econômicos – é amplificada na arena política. Jardim e Moura indicam como diferentes orientações produziram tensões permanentes na construção das políticas econômicas dos governos petistas. A redução dessas tensões após 2016 se relaciona com uma nova configuração palaciana muito mais convergente em termos ideológicos, capaz de produzir mudanças institucionais incríveis e sem paralelo internacional, tal como a emenda constitucional do teto dos gastos. Ademais, há tempos o poder de expressão dos valores do livre mercado supera perspectivas críticas em contextos decisivos de mudança institucional, conforme indica o material da Folha de S. Paulo, trabalhado por Fraga. Nesse cenário de desmantelamento das capacidades coordenadoras do estado e de embotamento de organizações de interesses subalternos, grandes empresas avançam prática e discursivamente no terreno da gestão do social e do ambiental. Como constata Barreiros, a sustentabilidade empresarial não apenas marca a conversão das empresas privadas em supostos agentes da superação de problemas públicos, mas também consolida sua legitimidade em um contexto neoliberal. Assim, os trabalhos deste dossiê discutem uma série de fatores que convergem para promover a metamorfose institucional e cultural do Brasil em direção a uma ordem social concorrencial de mercado, uma orientação que – considerando a extrema assimetria de poder entre

grandes corporações e demais atores – lança as bases para o modelo predatório em construção no país.

Por fim, gostaríamos de aproveitar este espaço para agradecer à equipe editorial da NORUS pelo célere e dedicado trabalho neste dossiê. A continuidade das atividades de disseminação de pesquisa é nada evidente em um contexto de pandemia e em um cenário particularmente adverso para a comunidade de ciência e tecnologia no Brasil. Agradecemos ainda às autoras e aos autores, cujos esforços de pesquisa se materializam neste número. Deixamos nossos votos de uma leitura que fomente o debate e desperte novas questões.

#### **Referências:**

NIEDERLE, Paulo; SANTOS, Rodrigo S. dos; MONTEIRO, Cristiano Fonseca. Interpretações institucionalistas sobre as transformações dos capitalismo brasileiros: da pretensão neodesenvolvimentista à predação. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 9, n. 22, p. 9-44, 2021.